

**ENTRE LIVROS E JORNAIS: AMPLIANDO A
AUTONOMIA DIDÁTICA DOS PROFESSORES COM A
HISTÓRIA LOCAL**

***BETWEEN BOOKS AND NEWSPAPERS: EXPANDING THE TEACHERS'
AUTONOMY WITH THE LOCAL HISTORY***

Robson Dantas *

RESUMO: Relato de experiência com professores da educação básica, visando transformar a aula em uma espaço de iniciação à pesquisa. Debates sobre as nossas expectativas sobre o uso de fontes, como dialogar com as experiências sociais dos alunos e transformá-las em temas das aulas. Para isso, utilizamos os jornais, com a finalidade de selecionar um tema e perceber como se constrói o discurso da imprensa. O resultado alcançado foi a compreensão pedagógica de que professores e alunos, mediante a leitura crítica da realidade em que vivem, podem em conjunto selecionar fontes, reuni-las em temas e problematizá-las.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; iniciação à pesquisa; desenvolvimento de habilidades cognitivas.

ABSTRACT: It is a story of experiences with teachers of basic education aiming to transform the class into a space of the research initiation. We discuss our expectations about the use of sources, such as talking about social experiences of students and transforming them into classroom themes. To achieve this, we use newspapers with the purpose to select a theme and understand how the press discourse is constructed. The result achieved was the pedagogical comprehension that teachers and students can jointly select sources; gather them in topics and focus them through a critical reading of the reality in which they live.

KEYWORDS: History teaching; research initiation; development of cognitive abilities.

* Doutor em História pela UNICAMP, professor da Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas / Área de História, endereço: Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 16, Pavilhão Adonias Filho, 2º andar, 45.662-900 – Ilhéus – Bahia, e-mail: robsondantas1304@gmail.com

Introdução

Esse texto relata a experiência com um grupo de onze professores da educação básica, por meio de um curso de formação docente, realizado em 2016, com o título “Coletânea de Fontes Históricas para a Educação Básica”.¹

O objetivo principal foi o de iniciar os professores nos passos na produção de material didático, como o de criar um tema da História Local e discuti-lo do ponto de vista do historiador; aprender a utilizar instrumentos de pesquisa, como o de levantar, o de selecionar e o de interrogar o jornal e/ou outro suporte que possa ser utilizado como “fonte” na sala de aula.² A ideia era reunir um conjunto de fontes de História Local, mas logo percebemos que em uma oficina de 40 horas o cronograma de trabalho teria de ser redimensionado, para algo propedêutico, isto é, que os professores tivessem conhecimentos mínimos de como preparar os seus próprios materiais didáticos, daí a ideia de que a oficina fosse um espaço para um conhecimento introdutório de levantamento de material de pesquisa.

Em virtude do grupo de professores com formações e experiências diversas (alguns lecionando artes, geografia, sociologia, história), seguimos o princípio pedagógico de que deveríamos “aprender fazendo”, ou seja, a cada passo teríamos de avaliar as dificuldades e os avanços realizados.

Expectativas de pesquisa

Comecei por ouvir os relatos dos professores sobre o seu cotidiano difícil, de muitas turmas; do domínio árduo de assuntos de áreas de conhecimento diferentes; pouco tempo para preparação de aulas; alunos

¹ O curso teve como participantes os (as) professores (as): Graça (Itabuna); Débora (Itabuna); Verônica (Pau Brasil); Adeilton (Pau Brasil); Idelson (Itabuna), Jacione (Itabuna); Josivaldo (Pau Brasil); Maria da Paixão (Itabuna); Ieda (Pau Brasil); Edmir (Itacaré); Isabella (Itabuna).

² Utilizamos o termo “fonte” não como algo que remete a ideia de pureza ou de verdadeiro, mas no sentido largo para designar qualquer suporte – livros impressos, jornais, fotografias, romances, filmes, pinturas – que contenham “indícios” sobre testemunhos, percepções, sentimentos, teorias, estereótipos, noções, conceitos, lugares comuns, que expressem as visões de seus autores. Cf.: Peter Burke, “Introdução”, *Testemunha Ocular, História e Imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

com muitas dificuldades de aprendizagem, principalmente de escrita e de leitura.

Feita essa sondagem inicial, sabendo que não conseguiria resolver todas as suas angústias, concordamos em trabalhar com a História Local.

Mas lembrei aos professores que precisaríamos justificar o porquê da História Local. Prontamente eles próprios me apresentaram uma justificativa convincente: sentiam-se muito presos aos livros didáticos, feitos a partir da ótica de S. Paulo e do Rio de Janeiro, fornecidos pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD); sem descartarem os livros fornecidos pelo Governo Federal, foram unânimes em ressaltar a escassez de material didático que abordassem temas da realidade mais próxima dos alunos do Sul da Bahia.

Observei que eles próprios poderiam organizar os seus materiais didáticos, mas alegaram a carga excessiva de aulas e o desconhecimento de técnicas e métodos de pesquisa.

Fizemos uma visita ao CEDOC – Centro de Documentação Regional, localizado na UESC. Lá, os professores puderam ver como é a organização interna de um arquivo, tendo uma impressão geral da massa documental ali existente. Ao final da visita e impressionados com as inúmeras possibilidades de pesquisa, surgiu uma indagação: “como iniciar uma pesquisa com vistas ao ensino de História?”.

Sugeri que nos concentrassemos na coleção de jornais e expliquei a razão: os periódicos traziam algumas vantagens, como a periodicidade na cobertura de acontecimentos e a sua farta contextualização.

Como era o mês de setembro e há pouco as escolas haviam comemorado o Dia da Independência, propus que escolhessem alguns jornais antigos e atuais para observar como a imprensa de Itabuna representou o 7 de Setembro em diferentes momentos.

Incentivei-os a formar pequenos grupos e os orientei a consultar diversos periódicos; que começassem pelo simples ato de folhear os jornais, sempre de olho nas matérias sobre o 7 de Setembro. A atividade foi bastante prazerosa, pois a consulta aos jornais trouxe várias lembranças sobre fatos esquecidos.

Realizada a etapa do deslumbramento, constatei que alguns professores tomavam os jornais como verdade pura e simples dos fatos. Conclui que precisávamos problematizar o discurso da imprensa.

Para isso, lemos e discutimos o artigo de Renée Barata Zicman, “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas” (1985). Nesse texto, a autora salienta que a escrita da imprensa é composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes...), a expressão icônica (fotos, desenhos...) e a composição do jornal (distribuição de artigos e colunas pelas páginas do jornal). Entretanto, Zicman alerta para não tomar o jornal como fonte precisa, fazendo a informação valer por si mesma; entender que a representação das notícias não é mera transposição do real. No jornal, geralmente há uma organização das informações e dos acontecimentos, seguindo a linha de cada órgão; a opinião do jornal está sempre em movimento, ora se posiciona a favor ou contra um determinado fato. Os jornais sempre se expressam de um determinado lugar social, isto é, de um ponto de vista particular e o seu discurso é generalizado como a expressão da “sociedade”, ou da “nação”, do “país”, ou do “interesse público”, sendo assim, esse discurso tem de ser questionado (ZICMAN, 1985, pp. 90/91).

Também, foi importante a leitura de excertos do livro de Maria do Pilar de Araújo Vieira, *A pesquisa em História* (1989, pp. 55/56) e do “Roteiro de Caracterização da Imprensa Periódica”, de Heloísa de Farias Cruz (1998). Nesses textos, encontramos indicações de como os articulistas dos jornais, por meio dos editoriais, dos artigos e das reportagens fazem diagnóstico da realidade; propõe projetos sociais e soluções para os problemas, enfim, como a todo instante estão construindo imagens de si mesmos, de seus aliados e de adversários.

O 7 de Setembro: um lugar de memória

Durante a oficina, defendi o ponto de vista de que os jornais de Itabuna sempre tiveram um papel ativo na constituição da memória oficial; o seu discurso refletia a visão dos círculos letrados da cidade, que através do domínio da escrita jornalística legitimavam uma abordagem histórica da

cidade, apoiando-se em fontes, símbolos do passado, fatos e personagens. A "memória oficial", nesse sentido, seria o passado reconstruído a partir desses referenciais pelos historiadores, pelos memorialistas, pelos escritores, pelos jornalistas, enfim, pelos círculos intelectuais da "cidade letrada" (RAMA, 1985).

Em relação às dúvidas dos professores sobre o campo da memória, recorri à abordagem de Pierre Nora, para quem haveria uma distinção:

Existe uma memória coletiva, que é real, ancorada na vida das pessoas (...), está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...). Já a memória oficial é entendida aqui por 'memória histórica', produzida deliberadamente, se esforçando para destruir os traços da memória coletiva, apagando suas diferenças e projetando-se como memória única, nacional ou regional (NORA, 1993).

Por isso, a noção de que o campo da memória é algo em movimento, onde os sentidos e os significados sobre o social estão sendo constantemente reelaborados.

Aproveitei essa breve discussão para desafiar os professores: *como os jornais de Itabuna através do tempo vão reelaborando a memória de 7 de Setembro?*

Para ampliar as suas habilidades na análise de fontes, aproveitamos dois artigos de jornais pesquisados no CEDOC, sendo o primeiro “Liberdade”,³ e o artigo de Rose Marie Galvão (1986, p. 5) “A Independência (nem tanto) do Brasil dos Itabunenses”.

Junto com os professores, procuramos caracterizar em cada artigo o emissor; o destinatário; a construção de lugares sociais; a construção de temporalidade.

Feito esse trabalho inicial, marcado por repetidas releituras dos artigos, partimos para a sua interrogação.

Começamos pelo artigo “Liberdade”, que comenta o fim da “era Vargas” e o restabelecimento da “liberdade constitucional do Brasil”.

3

Artigo sem autoria, publicado no jornal *O Intransigente*, Itabuna-BA, de 7 de setembro de 1946, sem paginação.

Por meio de um exaustivo trabalho de decodificação da escrita dos artigos, chegamos a algumas considerações: o seu emissor talvez fosse um advogado, pois a sua linguagem era empolada, carregada de termos jurídicos, a palavra “lei” repetida várias vezes; o emissor vê o passado recente, a “era Vargas”, como dominado pelo “império do arbítrio”; conforme as suas palavras, o período em que o Brasil viveu “15 anos de fúria liberticida, após 8 anos de escravidão ditatorial, a Nação assistiu, exultante, o retorno das instituições livres”; agora, no presente, em 1946, “eis que volve Nação ao império da lei para realizar o conselho de Rui [Barbosa]; com a lei, pela lei e dentro da lei, porque fora da lei não há salvação”.

Nesse sentido, o 7 de Setembro de 1946 que então se comemorava era o da “nossa emancipação política”, ocasião em que “juramos combater a escravidão, juramos repelir os eternos inimigos da pátria, os hipócritas que pretendem enganar as classes trabalhistas para galgar ao poder fomentando a discórdia no jogo repelente de classe contra classe”.

Continuando a decodificação, fizemos algumas indagações: para o emissor, o que seria História? Quem seriam os seus agentes? (Otávio Mangabeira e Supremo Tribunal Federal). Que ordem social estaria defendendo? (“a ordem com a lei, pela lei e dentro da lei”). Que imagens de povo aparecem? (“povo ordeiro, pacífico, patriótico”). Que imagens o emissor constrói de supostos adversários (“os queremistas, os que desejariam a volta de Getúlio Vargas, agiam ao arrepio da lei, insuflando os trabalhadores”); o que ameaçaria o presente? (“a luta de classes”, provocada pelos queremistas).

Seguimos os mesmos procedimentos na análise do artigo “A Independência (nem tanto) do Brasil dos Itabunenses”. Na verdade, trata-se de uma reportagem realizada por Rose Marie Galvão, em que a repórter vai às ruas para ouvir as percepções e os sentimentos das pessoas sobre o 7 de Setembro de 1986.

Nessa reportagem, diversas pessoas são ouvidas: uma dona de casa, uma caixa de supermercado, um vendedor ambulante, um funcionário da Rodoviária, um diretor de teatro e a secretária municipal de Educação de Itabuna. A percepção geral é de um passado difícil, dominado pela

hiperinflação e pelo arranjo salarial; o presente, vivido com muitas expectativas, pois, a “carestia” do custo de vida e o desemprego ainda atormentavam as pessoas ouvidas pela repórter, mas as coisas começavam a melhorar, pois, “o povo podia se manifestar livremente”; mas o futuro era percebido como incerto. Entretanto, havia uma unanimidade por parte das pessoas entrevistadas pela repórter: “a verdadeira independência do Brasil ainda estava por ser conquistada”. Conforme a secretaria de educação, “uma coisa é festejar a data cívica, outra é festejar hoje uma independência pela qual ainda estamos lutando”. Na perspectiva do funcionário da Rodoviária, ganhando um salário “que dá apenas para quebrar o galho”, ele gostaria de ver no Brasil mais escolas e melhores salários.

Na posição de mediador, desafiei os professores com outras perguntas: trabalhando com vozes discordantes e procurando captar diversas expectativas de Independência, que inferências poderíamos fazer sobre a perspectiva de História da repórter? De que forma ela elabora uma imagem do Dia da Independência?

O resultado da pesquisa dos jornais foi bastante interessante, pois, constatamos que a visão da repórter, naquele momento, seria a perceber a história como campo de possibilidades, onde diversas perspectivas de Independência se entrecruzavam.

Por outro lado, os professores inferiram que as imagens sobre as datas cívicas estavam em permanente movimento; em cada contexto novos significados iam sendo elaborados; uns eram postos de lado (a visão de que os juristas seriam os grandes agentes da História do Brasil...), no caso específico do jornal *O Intransigente*, de 1946; outros significados foram ganhando relevância, a exemplo, do jornal *Agora*, impactado pelo Movimento das Diretas-já (1983-1984), procurava dialogar com os diversos setores da sociedade de Itabuna.

História Local

Considerando que os professores raramente teriam oportunidade de se deslocarem de suas escolas para realizar pesquisas no CEDOC, considerando a profusão de material didático existente na escola, na internet

e até mesmo em nossas mãos, concluimos que o problema não seria a falta de fontes, mas de ordem metodológica e didática, em outras palavras, como saber usá-las na sala de aula?

Em razão do problema real vivido pela maioria dos professores, com pouco tempo para preparar aulas, como fazer o aluno pensar historicamente? Ou como tornar as nossas aulas de História interessantes?

Voltamos à proposta de História Local, mas com os pés no chão e aproveitando o que estava ao nosso alcance, os livros didáticos.

Incentivei-os a pensar nas experiências sociais vividas direta ou indiretamente por eles e pelos alunos em sua realidade mais próxima. E partir daí identificar temas e questões para serem pensados historicamente na sala de aula, por meio do desenho de uma situação problema, mas sempre em uma perspectiva histórica (VILLALTA, 1998, pp. 15/22).

O já constatado problema da deficiência de leitura e de escrita dos alunos poderia ser enfrentado por meio de um esforço coletivo dos professores da escola, mas algumas medidas poderiam ser feitas especificamente nas aulas de História, mas algo sistemático, contínuo, ao longo da vida escolar dos alunos, o que Louis Raths chama de desenvolvimento de habilidades cognitivas, isto é, a cada aula, o professor em vez de usar textos longos, faria pequenos recortes do livro didático, extraindo-lhe pequenos textos ou excertos significativos sobre um tema de História (ou mesmo trabalho didático poderia ser feito com a seleção de imagens).

Assim, por meio de um conjunto de pequenos textos, com poucos parágrafos (sintetizando um fato ou uma interpretação), o professor poderia explorar intensivamente as habilidades cognitivas dos alunos; as habilidades de observação (identificação / descrição), comparação, classificação, síntese, resumo, levantamento de hipótese, interpretação, imaginação, entre outras.

Conforme Louis Raths, o uso de pequenos textos e de imagens, articulados em uma temática significativa ajudam o professor a potencializar e a exercitar as habilidades cognitivas dos alunos, contribuindo para a sua autonomia e tomada de decisões, frente a situações desafiadoras de seu cotidiano (RATHS *et ali.*, 1977, pp. 1/30).

Em relação, a problema da escrita, o processo didático poderia ser baseado também no desenvolvimento das habilidades cognitivas, fazendo com que os alunos começassem a fazer pequenos registros da aula; registros de dois ou três parágrafos, mas que contivessem início, meio e fim (ROSA, 1985, pp. 127/130).

Retomamos novamente a discussão sobre a História Local. Salientei a sua importância na valorização da consciência histórica e dos conhecimentos prévios de crianças e jovens, porque provoca dois movimentos didáticos interessantes: se por um lado, permite que alunos e professores trabalhem os níveis de compreensão que têm de sua própria realidade, por outro lado, permite também aos alunos alcançarem outros tempos, outros espaços, partindo de seu referencial local, que servindo como ponto básico para esse afastamento, ou seja:

Assim, a realidade percebida não se apresentaria homogênea, mas sim múltipla e diferenciada em suas formas de manifestação. Formas essas que expressem os caminhos dos conflitos, da dominação e da resistência que atravessam o campo social da história” (SÃO PAULO, 1989).

Considerando essas expectativas metodológicas e didáticas, argumentamos ser possível desenvolver a consciência histórica dos alunos (CERRI, 2011), de modo a possibilitar que eles se situem criticamente no campo social, sobretudo aprendendo a lidar com autonomia as noções de tempo e de espaço, de permanência e de mudança e a noção de relações sociais (CABRINI *et. ali.*, 2000, pp. 47/57; NIDELCOFF, 1987).

Realizada essa discussão, lançamo-nos a desafio de pôr em prática uma proposta de História Local, mas que fosse algo exequível e de fácil manejo didático.

Depois de ouvir diversas sugestões temáticas, optamos pelo tema conflito de terras entre índios e fazendeiros, indicado por Idelson de Sousa Nascimento, professor da rede municipal de Pau Brasil, onde o conflito fundiário tem sido violento.

Em seguida, estabelecemos uma proposta, baseada alguns princípios pedagógicos: primeiro, que o conflito fosse visto de forma crítica, sem proselitismo, que o material pesquisado trouxesse os vários lados da questão

fundiária (colonizadores coloniais, índios, fazendeiros, autoridades, especialistas); segundo, que o material pesquisado fosse articulado em uma lógica histórica (passado / presente), abrangendo o período colonial brasileiro e a situação fundiária atual em Pau Brasil; terceiro, que o material pesquisado fosse de fácil acesso (livros didáticos, textos da internet) e que os professores e alunos conjuntamente se empenhassem nessa “reconstrução histórica”.

O objetivo da atividade era apresentar aos professores que eles, mediante a leitura crítica da realidade mais próxima de seus alunos, poderiam desenhar com autonomia soluções didáticas para os problemas de ensino e aprendizagem.

Após minuciosa pesquisa de diversos livros de História (didáticos e acadêmicos), selecionamos sete pequenos excertos, sendo: dois extraídos de *Tratado da Terra do Brasil* (GANDAVO, 1570?), onde trabalhamos a visão do colonizador português sobre os índios; para provocar o “contraditório”, buscamos três excertos contendo depoimentos e canções dos índios Tapirapé, de Mato Grosso, (DIAS DE PAULA, 1981), aí decodificamos de que forma os Tapirapé se viam como etnia e o que entendiam culturalmente por guerra e as representações que faziam da terra; incorporamos no conjunto de fontes, a visão de Gerson Pataxó Hã hã hãe (PORANTIM, 2000), cacique da aldeia Caramuru-BA, sobre o conflito fundiário no Sul da Bahia; aproveitamos a reportagem de Luiz Francisco (FOLHA DE S. PAULO, 2000) sobre a disputa de terras entre índios e fazendeiros em Paul Brasil; por último, selecionamos excertos de “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial” (NOVAIS, 1987) e de *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial* (SCHWARTZ, 1988, pp. 40/43), para entender os nexos políticos e econômicos da dominação colonial e o processo de concentração fundiária no Brasil.

O resultado foi bastante positivo, pois os professores perceberam que por meio de pequenos textos e/ou excertos, o conteúdo programático poderia ser bem trabalhado, por meio de eixos temáticos, com idas e vindas, no passado e no presente, permitindo o aluno percorrer os caminhos da produção do conhecimento histórico e pouco a pouco entender que “a história é uma construção” (CABRINI *et. ali.*, 2000, p. 57).

Considerações finais

Difícil de mensurar os resultados da oficina na formação dos professores, mas ela serviu como uma janela em que eles puderam perceber que o horizonte do ensino de História é algo sempre em movimento, quando imaginamos que conseguimos captar os seus contornos, ele já se alterou, é outro horizonte, com novos desafios.

Talvez a principal mensagem que ficou para cada um de nós foi à de que nenhuma oficina trará as soluções para os problemas estruturais do ensino, mas ela pode ser um espaço de sociabilidade e de troca de experiências; possibilitar que os professores se percebam como agentes de sua própria formação profissional, despertando-lhes talentos, sensibilidades e motivações para enfrentar um cotidiano difícil, porém possível de ser modificado. Enfrentando, assim, o desafio de que ensinar não signifique transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção.

REFERENCIAS

BURKE, Peter. “Introdução”, **Testemunha Ocular, História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru- SP: EDUSC, 2004.

CABRINI, Conceição, et ali. **Ensino de História, revisão urgente**. S. Paulo: EDUC, 2000.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica, implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

CRUZ, Heloísa de Farias. “Roteiro de Caracterização da Imprensa Periódica”, de Heloísa de Farias Cruz (1998), texto avulso, produzido pela autora para o **Programa de Educação Continuada, convênio PUC-SP/Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo/Banco Mundial**, 1998.

FRANCISCO, Luiz Francisco. “Fazendeiros detêm 96,11% de reserva”, in: **Jornal Folha de S. Paulo**. S. Paulo: 7 de maio de 2000.

GALVÃO, Rose Marie. “A Independência (nem tanto) do Brasil dos Itabunenses”. **Jornal Agora**, Itabuna- BA, Caderno Cidade, 6 a 12/09/1986, p. 5.

HÃ, HÃ HÃE, Gerson Pataxó. “Será que vão acabar com o povo da gente?”, in: **Jornal Porantim**: Brasília-DF: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, janeiro/fevereiro de 2000.

MAGALHÃES, Pero Gandavo. **Tratado da Terra do Brasil**, 1570? In. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º e 2º graus: 5ª a 8ª séries**. S. Paulo: SE/CENP, 1981, pp. 13/14.

NIDELCOFF, María Teresa. **As Ciências Sociais na escola para alunos de 12 a 16 anos**. Tradução: Débora Jimenez. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, In. **Projeto História**, nº 10. Tradução: Yara Aun Khoury. S. Paulo: PUC-SP, dezembro de 1993.

NOVAIS, Fernando. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”, in: Carlos Guilherme Mota, **Brasil em Perspectiva**, 16ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1987.

O Intransigente, Itabuna- BA, de 7 de setembro de 1946, sem paginação.

PAULA, Eunice Dias de, et. ali. **História dos povos indígenas – 500 anos de luta no Brasil**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes / Conselho Indigenista Missionário, 1993, pp. 48-49 e 52-53.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. Tradução: Emir Sader. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 41/53.

RATHS, Louis, et. ali. **Ensinar a pensar, teoria e aplicação**. Tradução de Dante Moreira Leite. S. Paulo: EPU, 1977, pp. 1/30.

ROSA, Zita de Paula. “Um bom começo...”, in: Marcos A. da Silva (org.). **Repensando a História**. S. Paulo: ANPUH Núcleo S. Paulo / Editora Marco Zero, 1985, pp. 127/130.

SÃO PAULO. **Proposta Curricular para o ensino de História (1º grau)**. Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo/CENP, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. S. Paulo: Companhia das Letras, 1988,

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. S. Paulo: Ática, 1989.

VILLALTA, Luís Carlos. “O ensino de história e a metodologia da investigação”. **Caderno do professor**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação / Centro de Referência do professor, nº 3, 1998, pp. 15-22, apud Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, **Ensinar História**. S. Paulo: editora Scipione, 2004, pp. 45/46.

ZICMAN, Renée Barata. “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”, in: **Projeto História**, nº 4. S. Paulo: PUC-SP, junho de 1985, pp. 90/91.

Recebido em 09/08/2017

Aceito em 16/11/2017